



*Reunião da Assembleia Intermunicipal
26 de abril de 2021
Ata nº. 1*

No Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida por António Maria dos Santos Sousa, ladeado pelo Vice-Presidente, Francisco José de Oliveira Martins e pelo Secretário, Mário José Costa da Silva.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Pedro Miguel Alpoim Marques; Hilário Manuél Ferreira dos Santos; Luis Miguel Marques Vidal de Oliveira; Paulo André Silva e Silva; Arménio Henrique Oliveira Martins Silva; Luís Fernando Leal Duarte de Oliveira; Herculano Miguel Pereira Caetano; Luís António Sousa Pinto dos Santos; José Manuel Oliveira Carvalho; Victor Manuel Santiago Tavares; Francisco José da Silva Ferreira; Nuno Manuel Marques Pereira; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno; Fernando Manuel Martins Nogueira; Carlos Albérico de Amorim Alves; José Augusto da Luz Matos; Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva; António José Flor Agostinho; António José Carlos Pinho; João Cândido da Rocha Bernardo; António Pedro Oliveira Martins; José Alcides Ramos Pereira; Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata; Miguel da Silva Oliveira; Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto; Sérgio Daniel Santos Morais; Rui Filipe Coelho Costa; Manuel de Oliveira Reis; Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira; David Faria Pereira Oliveira; Beatriz Manuel Lourenço Soares; Toni Pedro Ribeiro Martins; António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro; Juan Carlos Ferreira Martins; Jorge Henrique da Graça Pereira.

Estiveram ausentes os seguintes Membros: António Jorge Pereira de Oliveira (*justificou*); Arménio de Almeida Cérca; Pedro Machado Pires da Rosa; José Gonçalo Sarmento de Rebocho Silva e Costa; Alexandra Angélica Leite Oliveira Pachão (*justificou*); Elisabete Costa Pequeno (*justificou*); José Augusto Ferreira Martins.

Iniciou-se a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva Ordem de Trabalhos:

A – Apreciação e votação da ata da sessão anterior;

B – Expediente e informações;

C – Período Antes da Ordem do Dia;



D – Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Prestação de Contas 2020 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2020.

Ponto 3 - Informação dos Compromissos Plurianuais e dos Pagamentos e Recebimentos em atraso de dezembro de 2020.

Ponto 4 - Relatório Anual de Prevenção de Riscos de Gestão 2020.

Ponto 5 - Apreciação e Votação da 1.ª Revisão - Alteração orçamental modificativa à GOP e Orçamento de 2021.

Seguiu-se a Ordem de Trabalhos:

A – Apreciação e votação da ata da sessão anterior:

Não houve pedidos para o uso da palavra.

De seguida, colocou-se à votação a ata da sessão anterior, com o seguinte resultado:

Apreciação e Votação da ata n.º 3/2020, de 21 de dezembro, aprovada por unanimidade.

B – Expediente e informações

O Presidente da Mesa informou não haver expediente nem informações a apresentar.

C – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreram-se para usar da palavra:

José Matos (Estarreja) referiu que as questões da ferrovia e da linha de alta velocidade estão a ter uma grande discussão neste momento e propõe que se agende um ponto específico sobre esta matéria na próxima reunião, considerando que é um assunto de grande relevância para a região e com impacto significativo em alguns concelhos.

António Monteiro (Sever do Vouga) questionou qual o ponto de situação da ligação de Sever do Vouga à A25, englobada no PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, uma vez que todos os anos eleitorais é reprezentada, mas nunca consegue sair do papel.



Arménio Silva (Albergaria-a-Velha) solicitou a intervenção da Câmara Municipal de Aveiro para a realização dos passeios em São João de Loure, uma vez que a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha já fez o levantamento e o projeto. Referiu que parece que a ligação rodoviária Aveiro-Águeda vai avançar e lançou um repto para que haja uma saída para Alquerubim, Frossos e Travassô. Considerou que a região foi muito maltratada no PRR, particularmente na área da saúde.

O Presidente do Conselho Intermunicipal manifestou toda a disponibilidade para acolher a proposta de agendamento, considerando que é uma matéria interessante, que merece reflexão, mas que há uma realidade que condiciona bastante, com o aproveitamento do corredor e projetos do TGV e não há tempo para haver uma alternativa.

Sobre os passeios em São João de Loure, referiu que hoje mesmo falará com o seu colega Presidente de Câmara.

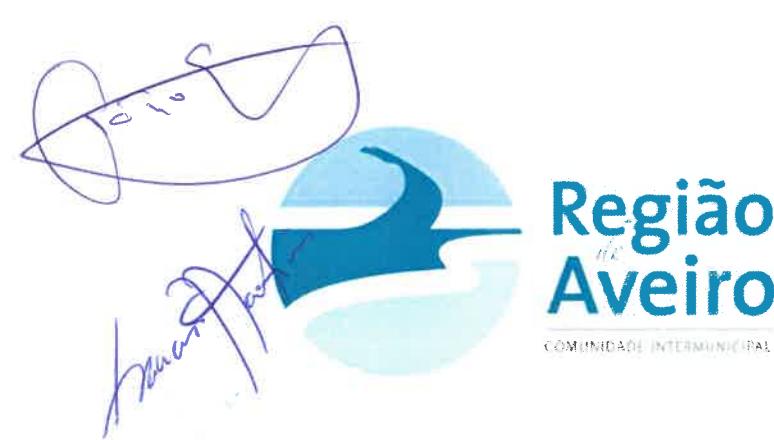
Relativamente à ligação Aveiro-Águeda informou que é um longo processo negocial e que foi assinado um acordo entre as IP – Infraestruturas de Portugal e as duas Câmaras Municipais, que não tem nada a ver com o PRR, só tendo um considerando sobre a possibilidade de o poder enquadrar no futuro, num quadro onde 85% do orçamento é da responsabilidade do IP e 15% a dividir pelos dois Municípios. Considerou plausível a proposta de saída referida, mas será avaliada em fase de projeto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal informou que a proposta do membro José Matos ficou registada como uma recomendação.

Marques Pereira (Aveiro) referiu que, na interação com a Comissão Europeia, o PRR teve de ser alterado na componente das infraestruturas, em cerca de 20%, e cinco projetos tiveram de ser retirados, incluindo a ligação de Sever do Vouga à A25, mas de acordo com o comunicado do Conselho de Ministros, manter-se-á a sua execução, havendo a assunção da essencialidade da obra pelo Governo, com financiamento nacional.

José Matos (Estarreja) questionou qual a previsão temporal, no atual cenário, para a concretização da ligação rodoviária Aveiro-Águeda.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que atualmente se perspetiva o ano de 2026 para a concretização do projeto.



D – Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

O Presidente do Conselho Intermunicipal destacou o concurso do CIROA - Centro Intermunicipal de Recolha Oficial de Animais da Região de Aveiro, em que o primeiro concurso público para a empreitada ficou deserto, informando que se reformatou o valor e outros aspetos e estamos a desenvolver o segundo concurso, relembrando que muitos Municípios têm tido concursos para obras públicas desertos, com o crescente problema de falta de mão-de-obra no setor da construção civil.

Relativamente à construção da ponte-açude do Rio Novo do Príncipe informou que foi lançado um segundo concurso público. Relembrou que esta obra foi adjudicada há três anos, por sete milhões de euros, com contrato assinado com o POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos e com um financiamento de quatro milhões de euros, mas não se conseguiu a emissão do Título de Utilização de Recursos Hídricos em tempo útil. Informou que três anos depois, o empreiteiro desistiu, e agora o novo concurso público para a empreitada é de cerca de dez milhões de euros, face ao aumento do preço das matérias primas. Referiu que neste caso, pode haver um fator positivo, com a possibilidade de o financiamento passar a ser de 85%.

Sobre o Educ@RA referiu que este projeto saiu mais valorizado e mais utilizado com o COVID-19 e com o ensino à distância, seguindo o seu caminho e com nota positiva para o futuro.

Relativamente ao PRR referiu que se debateu e se lutou, mas decide quem manda. O nosso principal objetivo não está incluído, é uma opção política que entendemos errada. A Saúde continua secundarizada, a Transição Climática tem pouca aplicação no território e a Transição Digital não é inclusiva. Referiu que a CIRA defende a manutenção das Vias para a Competitividade que estão no PIMTRA - Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro. Sobre a Ria e a Defesa Costeira considerou mais um falhanço do PRR, havendo um novo instrumento extraordinário, o REACT-EU. A ligação ferroviária Aveiro-Salamanca nem terá ido a discussão com a Comissão Europeia.

Inscreram-se para usar da palavra:



Marques Pereira (Aveiro) referiu que há um consenso generalizado da necessidade da construção do hospital e referiu que o PRR seria um bom instrumento para financiar esta obra, mas também foi reconhecido que os tempos para financiar a obra são curtos, tudo tem de estar executado até 2026 e provavelmente o tempo 2020-2026 não é o deadline mais apropriado para esta obra. Recordou a última comunicação do Presidente à Assembleia Municipal de Aveiro, tendo reconhecido um conjunto de problemas e que o mecanismo mais apropriado para esta obra seria o Portugal 2020/2030. Considerou o Hospital de Aveiro muito importante para toda a região e todos lutaremos para a sua concretização, mas haverá dificuldades de concretização da obra quando ainda não há projeto.

José Matos (Estarreja) referiu que nunca viu colocadas em todas as discussões que tivemos nesta Assembleia, por ninguém, as dificuldades de execução da obra do Hospital e expressou uma nota de desilusão aos pedidos de contributos nestes processos de consulta pública, em que parece que há simulação de audição e de discussão pública, afigurando-se apenas como um *pro forma* e que estivemos a discutir para nada.

António Monteiro (Sever do Vouga) considerou que o PRR é um assunto fundamental para a região e para o país, num momento de crise de saúde pública, em que a resposta europeia para a vacinação não tem corrido bem e a resposta europeia para a saída desta crise também não. Referiu que estamos a falar dum Governo que entregou o PRR sem ouvir as autarquias, os parceiros sociais e foi obrigado pela Comissão Europeia a ouvir os cidadãos. Considerou que este plano é revelador da sofreguidão socialista para controlar a bazuca europeia, que só fará que o Estado engorde, ao invés de impulsionar a economia. Referiu que esta decisão é particularmente grave num projeto de consenso para a região e merece a mais veemente crítica ao Governo, que desrespeita a região.

Hilário Santos (Águeda) viu com alguma satisfação a ligação Aveiro-Águeda no PRR, pois em 2011 já tivemos a experiência com as verbas previstas no Orçamento de Estado. Questionou se as Unidades de Saúde Primária que estão a concurso, ou em execução, através das autarquias, têm possibilidade de entrar neste financiamento.

Vladimiro Silva (Estarreja) criticou a intervenção do membro António Monteiro considerando que não está a falar por nós, está a falar por ele e citou o Presidente do Conselho



Intermunicipal, que refere na sua informação “*trabalho de equipa com o Governo, entidades públicas e privadas e em especial com os nossos concidadãos.*

Manuel Prior (Aveiro) considerou que o PRR nasceu para dar resposta aos problemas sanitários e económicos causados pela pandemia e na região temos um problema grave com o CHBV – Centro Hospitalar do Baixo Vouga, reconhecendo que hoje está mais capaz, adaptando-se às circunstâncias vividas na pandemia. Referiu que se desconhece a localização dos 86 Centros de Saúde inscritos no PRR. Considerou que na área da Saúde, a região de Aveiro foi esquecida por este Governo.

António Monteiro (Sever do Vouga) referiu que não percebeu as críticas à sua intervenção, designadamente na defesa de um projeto consensual e discutido amplamente nesta Assembleia.

Arménio Silva (Albergaria-a-Velha) considerou que falta à região um lóbi forte, para lutar pelo 3º lugar do ranking do país, pois temos uma região com um potencial enorme e uma indústria transversal.

Marques Pereira (Aveiro) considerou que a intervenção do membro António Monteiro foi inusitada, no auditório errado e recordou os atropelos que o Governo PSD fez na região. Considerou importante saudar os projetos que beneficiarão a região e que esta esteja mobilizada.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que no Conselho Intermunicipal não há grupos partidários, somos todos do mesmo partido e lamenta que a Assembleia Intermunicipal tenha perdido esse carácter, com o PS a assumir-se como grupo e a abster-se em todas as votações.

Considerou que o maior problema do CHBV é o facto de ter a oposição dos poderes da Saúde, que não são de Aveiro e não tem lóbi na classe nem poder em certas Ordens. Informou que se demorou três anos para adjudicar os termos de referência do projeto, entregue ao SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, com uma equipa de grande valia técnica, que ficou terminado em maio de 2019 e que tem um pormenor ao nível de projeto. Esteve um ano na ARS - Administração Regional de Saúde do Centro para emissão de parecer e esta assumiu-se incompetente para a questão do Centro Académico Clínico. Discordou do argumento que não há tempo, acreditando que há tempo, desde que seja o nosso tempo. Considerou que o



Centro Académico Clínico colocará Aveiro na liderança da investigação médica. Referiu que a pandemia demonstrou as graves limitações dos nossos hospitais.

Sobre a ligação rodoviária Aveiro-Águeda informou que há uma posição negativa de base do IP sobre a ligação ao nó da autoestrada.

O Presidente do CI referiu que não se conhece a lista das instalações de Unidades de Cuidados Primários.

Sobre as audições no âmbito do PRR informou que apenas se cumpriu o preceito legal de consulta pública.

Marques Pereira (Aveiro) manifestou perplexidade por o Presidente do CI ter necessidade de atacar o grupo do PS, depois do ataque do CDS ao Governo. Referiu que temos uma ideia de democracia e de exercício de mandato muito diferente e que estamos num órgão de representação política. Considerou que na pluralidade de representações se faz a força deste órgão e da região. Referiu que a forma como o Presidente do CI embirra com a oposição, entendendo que quem tem posições contrárias é contra a região e que o facto de discordarmos não impede de termos toda a energia em defender os projetos para a região.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que fala em nome dos onze Presidentes de Câmara e espera que todos possam agir de forma correta, pela luta do hospital, reiterando que o argumento do tempo de execução não é verdadeiro e recordou que nenhum dos cinco objetivos na área da saúde propostos pelas CIM do Centro está no PRR.

Tomado conhecimento da Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Prestação de Contas 2020 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2020.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que o ano ficou marcado pela gestão do COVID-19, com um bom exercício de execução. Elencou os factos mais importantes constantes dos documentos de prestação de contas, nomeadamente, o total do ativo: 18.952.758,64€; o património líquido: 3.193.033,05€; o capital próprio: 1.405.472,69€; o património líquido e passivo (Balanço): 18.952.758,64€; os rendimentos e gastos (DR): 304.402,41€; o resultado líquido: 304.402,41€; demonstração do fluxo de caixa: os

recebimentos 5.994.904,26€ / pagamentos 5.024.667,27€; o desempenho orçamental (DDO): os recibos 5.994.904,26€ / pagamentos 5.024.667,27€; os saldos iniciais do desempenho orçamental: Operações orçamentais 1.582.482,44€ / Operações de tesouraria: 45.213,76€; e os saldos finais do desempenho orçamental: Operações orçamentais 2.552.430,52€ / Operações de tesouraria: 45.502,67€.

Não houve pedidos para o uso da palavra.

Prestação de Contas 2020 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2020, aprovada por maioria, com oito abstenções, dos Membros Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira, David Faria Pereira Oliveira, Nuno Manuel Marques Pereira, João Cândido da Rocha Bernardo, Beatriz Manuel Lourenço Soares, Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto, António Pedro Oliveira Martins e Fernando Manuel Martins Nogueira.

Ponto 3 - Informação dos Compromissos Plurianuais e dos Pagamentos e Recebimentos em atraso de dezembro de 2020.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que se trata de cumprir um preceito legal de informar.

Não houve pedidos para o uso da palavra.

Tomado conhecimento da Informação dos Compromissos Plurianuais e dos Pagamentos e Recebimentos em atraso de dezembro de 2020.

Ponto 4 - Relatório Anual de Prevenção de Riscos de Gestão 2020.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que tem corrido bem a gestão dos riscos.

Não houve pedidos para o uso da palavra.

Tomado conhecimento do Relatório Anual de Prevenção de Riscos de Gestão 2020.

Ponto 5 - Apreciação e Votação da 1ª Revisão - Alteração orçamental modificativa à GOP e Orçamento de 2021.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que a proposta integra o saldo e inclui os objetivos políticos assumidos e fixados no plano e orçamento.

Não houve pedidos para o uso da palavra.

1º Revisão - Alteração orçamental modificativa à GOP e Orçamento de 2021 aprovada por maioria, com oito abstenções, dos Membros Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira, David Faria Pereira Oliveira, Nuno Manuel Marques Pereira, João Cândido da Rocha Bernardo, Beatriz Manuel Lourenço Soares, Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto, António Pedro Oliveira Martins e Fernando Manuel Martins Nogueira.

Para efeitos de execução imediata, foram aprovadas por unanimidade, as deliberações em minuta dos pontos 2 e 5.

Não havendo outros assuntos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa.

António Maria dos Santos Sousa
Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
António Maria dos Santos Sousa

Francisco José de Oliveira Martins
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Francisco José de Oliveira Martins

Mário José Costa da Silva
Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Mário José Costa da Silva

